

Artigos

Antimilagre, heterogeneidade setorial e o declínio da desigualdade no Brasil

Anti-miracle, sectoral heterogeneity and the decline of inequality in Brazil

Otávio Florentino Detoni¹ 

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais , Unidade Leopoldina, MG, Brasil

RESUMO

O artigo investiga a dinâmica desconcentradora de renda no Brasil entre 2003 e 2018, com foco no papel das transformações setoriais do mercado de trabalho. Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e na abordagem baseada em tarefas (*task-based approach*), o estudo examina como políticas como a valorização do salário mínimo e programas de transferência de renda estimularam mudanças no padrão de consumo, ampliando a demanda por setores intensivos em mão de obra, como construção civil, comércio e serviços. Os resultados mostram que, até 2012, o crescimento do emprego e a elevação de salários nesses setores contribuíram para uma redução significativa da desigualdade de renda. Essa redistribuição foi impulsionada por uma realocação setorial no mercado de trabalho, mas sem alterações estruturais profundas na composição ocupacional dos setores. Após 2012, a desaceleração econômica reverteu parte desse processo, evidenciando os limites do modelo baseado na expansão de setores de baixa produtividade. O estudo conclui que as transformações setoriais foram determinantes para a redução das desigualdades no período de crescimento, mas expõem desafios estruturais para sustentar avanços redistributivos em cenários de desaceleração econômica.

Palavras-chave: Desigualdade de renda; Dinâmica setorial; Mercado de trabalho; Abordagem baseada em tarefas; Economia brasileira

ABSTRACT

This article investigates the income-reducing dynamics in Brazil from 2003 to 2018, focusing on the role of sectoral transformations in the labor market. Using data from the Annual Social Information Report (RAIS) and a task-based approach, the study examines how policies such as minimum wage increases and income transfer programs reshaped consumption patterns. These policies boosted demand in labor-intensive sectors, such as construction, commerce, and services, creating a virtuous cycle of employment growth

and wage increases for low-skilled workers. The findings reveal that until 2012, sectoral reallocations significantly contributed to income inequality reduction, driven by the expansion of labor-intensive sectors. However, structural changes within these sectors were limited, indicating that redistribution occurred through shifts in employment across sectors rather than within-sector occupational transformations. The economic slowdown after 2012 reversed some of these advances, exposing structural challenges in sustaining redistributive dynamics during periods of economic deceleration. The study concludes that sectoral dynamics played a critical role in reducing inequality during the growth period but highlighted the structural limitations of Brazil's economy to sustain these gains over time.

Keywords: Income inequality; Sectoral dynamics; Labor market; Task-based approach; Brazilian economy

1 INTRODUÇÃO

O início do século XXI tem sido turbulento para a sociedade brasileira. Após um período de euforia econômica e importantes transformações sociais, o país mergulhou em uma fase de recessão e crise política, que indicam o esgotamento do modelo anterior. A história econômica recente pode ser compreendida a partir da divisão entre dois momentos opostos: uma fase de expansão, marcada pelo chamado “boom das commodities” entre 2004 e 2011, quando o crescimento se acelerou em relação à tendência observada desde os anos 1980 e a desigualdade salarial declinou; e, em seguida, um período de desaceleração e instabilidade a partir de 2012 (Rugitsky, 2016; Carvalho; Rugitsky, 2015; Brenck, 2019).

As políticas econômicas e sociais implementadas nos governos Lula — especialmente a valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e o maior acesso ao crédito — foram em grande parte responsáveis pela fase de expansão. Seus efeitos, contudo, dividem opiniões. De um lado, há quem interprete a desaceleração pós-2012 como resultado de desequilíbrios fiscais acumulados, que teriam gerado uma falsa sensação de crescimento sustentável. De outro, diversos autores reconhecem os limites do modelo, mas sustentam que ele promoveu transformações estruturais relevantes, sobretudo no que se refere à redução das desigualdades (Rugitsky, 2016).

Entre esses autores, Rugitsky (2016) argumenta que as políticas de redistribuição de renda alteraram os padrões de consumo da população, ampliando a demanda por

bens e serviços de elasticidade-renda elevada. Essa mudança repercutiu na estrutura de emprego ao beneficiar setores intensivos em mão de obra pouco qualificada. Com o aumento da demanda, cresceram também o emprego e os salários nesses setores, gerando um mecanismo virtuoso de crescimento com redistribuição.

Neste contexto, o artigo busca compreender como a desigualdade de renda foi afetada pelas transformações setoriais do mercado de trabalho entre 2003 e 2018. Para isso, mobiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em conjunto com uma abordagem baseada em tarefas (*task-based approach*), estimando variações no emprego, nos salários e na composição das tarefas exercidas em cada setor. A contribuição do estudo é dupla: empírica, ao mapear em detalhe a reconfiguração do emprego formal com base em uma base de dados ampla e desagregada; e teórica, ao articular os efeitos redistributivos das políticas econômicas com a dinâmica produtiva da economia brasileira. Mostra-se, assim, que parte da redução da desigualdade observada no período não decorreu apenas de transferências diretas de renda, mas também de mecanismos indiretos mediados pela estrutura setorial do mercado de trabalho.

Além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções. A segunda seção discute as transformações da estrutura produtiva e sua relação com o crescimento e a distribuição de renda. A terceira apresenta os dados utilizados e a metodologia empregada. A quarta seção analisa os principais resultados empíricos. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, ponderando as evidências encontradas.

2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A elevada e persistente desigualdade de renda é uma característica marcante do Brasil e de outros países da América Latina. Após crescer durante a década de 1990, a desigualdade apresentou um declínio considerável no início dos anos 2000. No caso brasileiro, o índice de Gini passou de 0,60 para 0,52 no período entre 1998 e 2014, acompanhado por uma aceleração da taxa de crescimento do PIB real — que passou de uma média de 2,1% ao ano nas décadas de 1980 e 1990 para 3,4% em meados dos anos 2000. Entretanto, a partir de 2014, o país entrou em uma grave crise política e econômica, revertendo parte dos ganhos distributivos conquistados.

O crescimento econômico observado entre 2004 e 2011 é frequentemente atribuído ao cenário externo favorável, caracterizado pelo “boom” das commodities. O índice do Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta que, entre dezembro de 2001 e abril de 2011, os preços das commodities aumentaram 326%, impulsionados principalmente pela demanda chinesa. Esse contexto contribuiu para a aceleração do crescimento econômico brasileiro. Segundo Borges (2016), o ambiente internacional explicou até 45% da desaceleração observada entre 2011 e 2014. No entanto, autores como Carvalho e Rugitsky (2015) destacam que políticas internas — como incentivos ao consumo e aumento do investimento público — também atuaram como motores do crescimento, especialmente entre 2006 e 2010 (Brenck, 2019).

Rugitsky (2015) interpreta o período de crescimento com redução das desigualdades como um “antimilagre econômico”, em contraposição ao chamado milagre econômico brasileiro (1969–1973), caracterizado por crescimento com concentração de renda. Segundo o autor, as políticas de valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda — como o Bolsa Família — elevaram a renda das camadas mais pobres, ampliando a demanda por bens produzidos por setores trabalho-intensivos e de baixa qualificação. Essa elevação da demanda gerou uma expansão do emprego e dos salários nesses setores, resultando em um ciclo virtuoso de redistribuição de renda via mercado de trabalho.

Medeiros (2015), com base em dados do IBGE, mostra que o número de empregos formais no Brasil cresceu 63,3% entre 2001 e 2011, com destaque para os setores de serviços e construção civil. Brenck (2019), utilizando dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN), identifica expansão do emprego e valorização salarial em setores como vestuário, calçados, têxteis, construção civil, manutenção, alojamento e alimentação. Esses achados corroboram a leitura de Rugitsky (2017): os setores que mais cresceram são intensivos em mão de obra pouco qualificada e foram impulsionados pela ampliação do consumo das camadas mais pobres.

Dessa forma, os indivíduos de menor escolaridade não apenas foram beneficiados pelas políticas redistributivas diretas, mas também passaram a ser

mais demandados pelo mercado de trabalho. A elevação do emprego e dos salários nos setores intensivos em trabalho ampliou a massa salarial dos segmentos mais vulneráveis, reforçando a trajetória de queda da desigualdade.

Contudo, essa mesma dinâmica também criou restrições estruturais ao crescimento no médio prazo. O aumento do peso relativo de setores de baixa produtividade teria gerado uma mudança estrutural regressiva, reduzindo a competitividade da economia brasileira. A combinação de exportações primárias estagnadas e importações de bens intermediários agravou os desequilíbrios externos. Além disso, o aumento da renda das camadas inferiores pressionou a inflação, tornando o processo de crescimento difícil de sustentar. Assim, a queda da desigualdade se esgotou não por seus próprios limites distributivos, mas pelos efeitos colaterais sobre a inflação e a inserção internacional (Rugitsky, 2017; Brenck, 2019; Loureiro e Saad-Filho, 2019).

Partindo dessas formulações, este artigo propõe analisar as transformações na estrutura produtiva brasileira a partir de uma perspectiva setorial. A utilização da abordagem baseada em tarefas permite identificar, de forma mais granular, as mudanças na composição do emprego e na intensidade do uso de diferentes tipos de habilidades em cada setor da economia. A incorporação dos “scores de habilidade”, construídos por Guanziroli (2017), possibilita estimar o grau de variação estrutural nas ocupações ao longo do período. Com isso, pretende-se contribuir para a verificação empírica da tese do antimilagre e ampliar a compreensão da dinâmica setorial no processo de redução das desigualdades no Brasil.

3 BASE DE DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Este estudo parte da hipótese de que a queda da desigualdade de renda no Brasil, especialmente no início do século XXI, pode ser explicada, em grande medida, pela dinâmica setorial do mercado de trabalho. Para isso, o primeiro passo foi identificar as variações relativas no tamanho dos setores — medido pela parcela da força de trabalho formal alocada em cada um — e nas médias salariais setoriais. O

foco central, contudo, está na análise da estrutura ocupacional dentro de cada setor, investigando em que medida essa estrutura se alterou entre 2003 e 2018.

Com base nas variáveis que mensuram a intensidade do uso de diferentes tipos de tarefas, foi possível realizar uma análise da composição ocupacional setorial ao longo do tempo. O objetivo foi estimar, de forma sistemática, em que medida a estrutura do emprego formal variou dentro dos setores da economia brasileira. A abordagem adotada permite captar mudanças internas no perfil das ocupações, contribuindo para uma compreensão mais granular dos movimentos estruturais do mercado de trabalho. Em síntese, busca-se avaliar até que ponto a redução da desigualdade de renda esteve associada a um processo de realocação setorial e ocupacional.

Para alcançar esses objetivos, utilizou-se uma amostra de 5% do painel da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), abrangendo o período de 2003 a 2018, totalizando 27.629.418 observações.

Tabela 1 – Amostra Selecionada

Ano	Observações
2003	1280499
2004	1375470
2005	1438973
2006	1518247
2007	1599756
2008	1655104
2009	1717905
2010	1800962
2011	1807604
2012	1853213
2013	1936389
2014	1950363
2015	2034426
2016	1897205
2017	1884194
2018	1879108
Total	27629418

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados da RAIS (2003-2018)

A RAIS é uma das mais abrangentes fontes de informação sobre o mercado de trabalho formal no Brasil. No entanto, apresenta uma limitação importante: sua cobertura restringe-se aos vínculos formais de emprego. Isso implica a exclusão de uma parcela significativa da força de trabalho — os trabalhadores informais — que frequentemente operam à margem das regulações e dos direitos assegurados pela legislação trabalhista. Portanto, as evidências aqui apresentadas refletem exclusivamente a dinâmica do mercado de trabalho formal.

Os setores em que os indivíduos estão alocados foram classificados com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), conforme apresentado na Tabela 2. Para mensurar as habilidades exigidas pelas ocupações em cada setor, recorreu-se à metodologia desenvolvida por Spitz-Oener (2006), adaptada à realidade brasileira por Guanziroli (2017). Essa abordagem *task-based* permite estimar, para cada ocupação, a intensidade do uso de diferentes tipos de tarefas — analíticas, interativas, rotineiras cognitivas, manuais e não manuais — e, assim, mapear com maior precisão a composição ocupacional setorial ao longo do tempo.

Tabela 2 – Setores de Atividade Econômica

Setores (CNAE)
Agri, Pec, Sil e Mineral
Pesca
Indústrias Extrativas
Indústrias de Transformação
Eletricidade, Gás e Água
Construção
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos
Alojamento e Alimentação
Transporte, Armazenagem e Comunicações
Intermediação Financeira
Atividades Imobiliárias
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
Educação
Saúde e Serviços Sociais
Outros Serviços
Serviços Domésticos
Organismos Internacionais e Inst. Extraterritoriais

Fonte: CNAE

3.1 Variáveis ocupacionais e as medidas de habilidade

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2002 é o instrumento oficial para codificação e descrição das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Trata-se de uma classificação tanto enumerativa — ao agrupar e codificar ocupações com base em títulos e funções para fins estatísticos — quanto descritiva, ao detalhar as atividades exercidas, os requisitos de formação e as condições de trabalho correspondentes a cada ocupação.

A CBO define ocupações como agregados de postos de trabalho semelhantes quanto às tarefas desempenhadas. Sua estrutura organiza essas ocupações por grandes grupos, subgrupos principais, subgrupos e grupos de base, com base nas habilidades cognitivas exigidas. A metodologia utilizada na construção da CBO segue os padrões internacionais de classificação, o que permite comparações e adaptações metodológicas consistentes.

Apesar de sua amplitude e relevância, a CBO apresenta limitações. Sua versão vigente foi elaborada em 2002, e muitas das ocupações emergentes nas últimas décadas — especialmente ligadas às novas tecnologias — podem não estar plenamente representadas. Essa defasagem deve ser considerada na análise dos dados.

Para fins desta pesquisa, foram utilizados os nove grandes grupos ocupacionais da CBO, conforme o Quadro 1. O grupo “0”, relativo às Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares, foi excluído da amostra, uma vez que se trata de uma categoria especial de servidores públicos regida por legislação própria (Lei 6.880/80).

Quadro 1 – Grandes Grupos Ocupacionais (CBO)

COD	Descrição do Código
0	Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares
1	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes
2	Profissionais das ciências e das artes
3	Técnicos de nível médio
4	Trabalhadores de serviços administrativos
5	Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
7	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
8	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
9	Trabalhadores de manutenção e reparação

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

A análise das habilidades associadas às ocupações foi realizada com base na metodologia proposta por Spitz-Oener (2006), aplicada inicialmente por Soares e Funchal (2016) ao mercado brasileiro e adaptada à CBO de 2002 por Guanzioli (2017). Essa metodologia consiste na identificação de palavras-chave nas descrições ocupacionais, que permitem inferir o tipo de tarefa exigido. Cada ocupação é classificada segundo cinco dimensões: tarefas analíticas não rotineiras, interativas não rotineiras, rotineiras cognitivas, rotineiras manuais e manuais não rotineiras.

A base de dados utilizada inclui o mapeamento de tarefas de 275 ocupações de quatro dígitos, o que representa aproximadamente 87% das observações da RAIS. Cabe destacar que, embora ampla, essa base não cobre a totalidade das ocupações da CBO.

Quadro 2 – Habilidades e Tarefas

Proposto por Spitz- Oener (2006)	Correspondência na CBO
Analítica Não Rotineira	Pesquisando, Investigando, Analisando, Examinando, Estudando, Avaliando, Planejando, Orçando, Fazendo Diagnósticos, Julgando.
Interativa Não Rotineira	Negociando, Praticando a Lei, Coordenando, Liderando, Treinando, Ensinando, Instruindo, Vendendo, Marketing.
Cognitiva Rotineira	Calculando, Programando, Transformando, Escriturando, Registrando, Mensurando, Verificando.
Manual Rotineira	Operando, Distribuindo, Transportando, Montando.
Manual Não Rotineira	Reparando, Renovando, Servindo, Acomodando, Limpando.

Fonte: Guanzioli (2017)

A mensuração do uso de habilidades em cada ocupação é feita por meio de um “score” que expressa a proporção de tarefas associadas a determinada competência. Por exemplo, um economista cuja descrição ocupacional inclui dez tarefas, das quais sete são analíticas, recebe um score de 0,7 em tarefas analíticas. Esse método, embora baseado em média simples, constitui uma aproximação razoável, já que a CBO não fornece estimativas do tempo efetivamente dedicado a cada atividade.

4 VARIAÇÕES NO EMPREGO E NA COMPOSIÇÃO SETORIAL BRASILEIRA

Esta seção apresenta os resultados obtidos para o período de 2003 a 2018. Para fins analíticos, os dados foram organizados em seis pontos temporais (2003, 2006,

2009, 2012, 2015 e 2018), permitindo avaliar a evolução do mercado de trabalho formal brasileiro em distintos momentos do ciclo econômico. A primeira subseção analisa o número de empregados e os salários médios por setor da CNAE. A segunda examina a intensidade média da demanda por tarefas, com base na abordagem *task-based*.

4.1 Emprego e salário setorial

A Tabela 3 apresenta o número de empregados por setor em cada ano selecionado, enquanto a Tabela 4 mostra as taxas de crescimento percentual do emprego entre os intervalos. Os resultados evidenciam a heterogeneidade da estrutura setorial brasileira, com destaque para os setores de administração pública, indústria de transformação, comércio, transporte e construção civil, que concentraram a maior parte dos vínculos formais.

Tabela 3 – Mão de Obra Empregada por Setor

Setores (CNAE)	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	49756	53655	56094	55498	59064	55465
Pesca	924	1038	904	932	1075	762
Indústrias Extrativas	8649	11117	12380	14518	13032	10868
Indústrias de Transformação	214580	261582	291047	298383	308433	278757
Eletricidade, Gás e Água	4673	4764	5314	5178	5776	5425
Construção	49068	62192	90679	116272	113184	82797
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	232654	293762	351691	414070	451924	417282
Alojamento e Alimentação	49305	65481	79315	80545	93846	83529
Transporte, Armazenagem e Comunicações	66945	73298	87987	101984	118638	109182
Intermediação Financeira	22826	24847	27518	29578	31515	29679
Atividades Imobiliárias	141857	159914	184555	217140	247837	256324
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	313026	364383	360003	338995	382749	335409
Educação	27189	34119	41088	43740	53006	56625
Saúde e Serviços Sociais	54447	59041	67519	73910	87163	96942
Outros Serviços	44416	46141	56870	57037	63200	56133
Serviços Domésticos	86	114	110	167	172	125
Organismos Internacionais e Inst. Extraterritoriais	98	799	420	179	393	251

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados da RAIS (2003-2018)

Em termos absolutos, os setores de administração pública, indústria de transformação, comércio, construção civil e transporte figuram entre os mais representativos em número de vínculos formais. Já setores como pesca, serviços domésticos e organismos internacionais apresentam participação marginal.

Tabela 4 – Evolução Percentual da Mão de Obra

Setores (CNAE)	2003 - 2006	2006 - 2009	2009 - 2012	2012 - 2015	2015 - 2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	8%	5%	-1%	6%	-6%
Pesca	12%	-13%	3%	15%	-29%
Indústrias Extrativas	29%	11%	17%	-10%	-17%
Indústrias de Transformação	22%	11%	3%	3%	-10%
Eletricidade, Gás e Água	2%	12%	-3%	12%	-6%
Construção	27%	46%	28%	-3%	-27%
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	26%	20%	18%	9%	-8%
Alojamento e Alimentação	33%	21%	2%	17%	-11%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	9%	20%	16%	16%	-8%
Intermediação Financeira	9%	11%	7%	7%	-8%
Atividades Imobiliárias	13%	15%	18%	14%	3%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	16%	-1%	-6%	13%	-12%
Educação	25%	20%	6%	21%	7%
Saúde e Serviços Sociais	8%	14%	9%	18%	11%
Outros Serviços	4%	23%	0%	11%	-11%
Serviços Domésticos	33%	-4%	52%	3%	-27%
Organismos Internacionais e Inst. Extraterritoriais	715%	-47%	-57%	120%	-36%
Média	16%	14%	8%	10%	-9%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados da RAIS (2003-2018)

Nota: Por apresentarem poucas observações, foram excluídos do cálculo das médias os setores de serviços domésticos e o de organismos internacionais e instituições extraterritoriais.

Entre 2003 e 2006, o crescimento médio do emprego formal foi de 16%. Destacaram-se, nesse período, os setores de alojamento e alimentação (+33%), construção civil (+27%), comércio e reparação de veículos (+26%) e indústrias extrativas (+29%). Todos esses setores superaram a média nacional em mais de 10 pontos percentuais, indicando sua centralidade na absorção de mão de obra.

De 2006 a 2009, essa tendência se manteve. A construção civil registrou crescimento de 46%, seguido por comércio (+20%) e transporte, armazenagem e comunicações (+20%). Esses setores não apenas ampliaram o número de empregos, mas também mantiveram consistência ao longo dos primeiros três ciclos.

No triênio 2009–2012, observa-se uma desaceleração do ritmo de crescimento do emprego, embora os mesmos setores sigam se expandindo: construção civil (+28%), comércio (+18%) e transporte (+16%). Tais dados corroboram a tese de que a política de valorização da demanda — via salário mínimo, crédito e transferências — sustentou o dinamismo desses setores até 2012.

A partir de 2012, a trajetória muda. O período 2012–2015 já mostra sinais de reversão, sobretudo no setor de construção civil (-3%) e na administração pública (-6%). Apesar disso, outros setores ainda crescem, como saúde (+18%) e educação (+21%), indicando certa resiliência dos setores públicos e de cuidados.

No último intervalo analisado (2015–2018), observa-se um recuo generalizado: 12 dos 16 setores apresentam queda no número de empregados, refletindo o impacto da recessão e da retração do emprego formal. Destaque negativo para construção civil (-27%) e administração pública (-12%). Somente atividades imobiliárias, saúde e educação mantêm crescimento positivo, ainda que em ritmo inferior.

Essas evidências ilustram com clareza o processo de reconfiguração setorial do emprego formal brasileiro. Até 2012, houve realocação em direção a setores intensivos em trabalho e voltados à demanda doméstica. Após 2015, o padrão de crescimento entra em colapso, revelando a vulnerabilidade de um modelo baseado na expansão de setores de baixa produtividade e forte dependência da conjuntura macroeconômica.

4.1.1 Componente estrutural dos setores

Para distinguir mudanças estruturais de flutuações agregadas, aplicou-se a técnica de decomposição Shift-Share. O foco recai sobre o componente estrutural, que isola a variação específica de cada setor, descontado o efeito da tendência nacional. O crescimento agregado do emprego foi de 45,1% no período de aceleração (2003–2012) e de apenas 1,7% no período de desaceleração (2012–2018). A Tabela 5 apresenta os resultados:

Tabela 5 – *Shift Share* (Cálculo do Componente Estrutural)

Setores (CNAE)	(2003 - 2012)	(2012 - 2018)
Agri, Pec, Sil e Mineral	-34%	-2%
Pesca	-44%	-20%
Indústrias Extrativas	23%	-27%
Indústrias de Transformação	-6%	-8%
Eletricidade, Gás e Água	-34%	3%
Construção	92%	-30%
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	33%	-1%
Alojamento e Alimentação	18%	2%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	7%	5%
Intermediação Financeira	-16%	-1%
Atividades Imobiliárias	8%	16%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-37%	-3%
Educação	16%	28%
Saúde e Serviços Sociais	-9%	29%
Outros Serviços	-17%	-3%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados da RAIS

Nota: Por apresentarem poucas observações, foram excluídos do cálculo da média nacional os setores de serviços domésticos e o de organismos internacionais e instituições extraterritoriais.

Durante o ciclo de expansão (2003–2012), os setores de construção civil (+92%), comércio (+33%), educação (+16%) e alojamento e alimentação (+18%) apresentaram mudanças estruturais significativas — ou seja, cresceram mais que o esperado com base no padrão nacional. No período de crise (2012–2018), apenas os setores de saúde (+29%), educação (+28%) e atividades imobiliárias (+16%) mantiveram crescimento estrutural positivo. A maioria dos setores perdeu dinamismo, evidenciando a fragilidade do modelo baseado em expansão do consumo e emprego de baixa qualificação.

Esses achados estão em consonância com os estudos de Medeiros (2015) e Brenck (2019), que identificam forte crescimento da formalização e da massa salarial nos setores de serviços e construção civil até 2012. Os resultados aqui apresentados corroboram a tese do “antimilagre” formulada por Rugitsky (2017), ao mostrarem que a redução da desigualdade esteve associada a uma reconfiguração do emprego setorial em favor de setores trabalho-intensivos, mas estruturalmente frágeis.

4.1.2 Setores e salários

Partindo para a avaliação das variações salariais para os setores, a Tabela 6 encarrega-se de mostrar as médias do salário real por horas trabalhadas para os setores de atividade considerados no estudo. Além da estatística de média salarial, como medida de dispersão, encontra-se entre parêntesis, o desvio padrão salarial nos setores.

A respeito das evidências salariais descritas pela Tabela 6, cabe mencionar que, embora com considerável dispersão, o setor extrativista destaca-se por exibir as maiores médias salariais para todo o período considerado (2003-2018). Além disso, destaca-se que nos setores onde foram observados, entre 2003 e 2012, os maiores crescimento do emprego (construção civil, alojamento e alimentação, comércio e reparação de veículos e objetos) são setores que em média pagam baixos salários para seus trabalhadores. É válido observar que são justamente esses setores os que compõem maior demanda por mão de obra de baixa qualificação. Não é algo que invalida a dinâmica setorial proposta que culminou em um mecanismo circular e cumulativo de redistribuição de renda, dado que de fato, o aumento da participação dos setores citados no emprego nacional, mesmo que pagando salários relativamente mais baixos, funcionou em prol de aumentar a massa salarial desses trabalhadores pouco qualificados.

Tabela 6 – Média do Salário Real por Hora Trabalhada

Setores (CNAE)	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	2,54 (3,43)	3,27 (4,23)	3,33 (3,46)	4,13 (4,20)	9,14 (9,63)	9,77 (11,40)
Pesca	2,32 (1,70)	2,81 (1,90)	3,13 (1,65)	3,57 (2,08)	7,28 (3,76)	9,18 (12,86)
Indústrias Extrativas	41,68 (48,65)	38,58 (46,34)	44,44 (48,34)	40,69 (49,07)	96,51 (119,56)	81,05 (87,25)
Indústrias de Transformação	5,79 (9,70)	5,28 (8,17)	5,95 (8,64)	6,52 (9,07)	13,78 (20,18)	13,59 (18,72)
Eletricidade, Gás e Água	11,68 (11,74)	12,7 (12,60)	14,21 (14,22)	17,71 (16,72)	32,91 (32,08)	34,91 (32,41)
Construção	3,71 (5,90)	3,9 (5,55)	4,34 (4,66)	5,13 (4,82)	11,58 (13,25)	12,09 (27,04)
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	3,3 (4,92)	3,52 (5,53)	4,06 (5,86)	4,76 (6,90)	10,17 (14,32)	10,36 (15,42)
Alojamento e Alimentação	2,8 (3,90)	3,05 (4,31)	3,23 (2,84)	3,85 (3,01)	8,4 (7,11)	9,23 (11,19)
Transporte, Armazenagem e Comunicações	5,15 (6,41)	4,99 (5,91)	5,52 (6,63)	5,99 (5,99)	13,02 (13,34)	14,31 (21,39)
Intermediação Financeira	17,15 (15,83)	15,57 (17,31)	15,68 (13,84)	18,22 (16,46)	40,89 (38,08)	36,42 (34,11)
Atividades Imobiliárias	4,76 (8,74)	4,44 (7,02)	4,9 (6,48)	5,78 (7,79)	12,65 (17,61)	19,94 (23,12)
Administração Pública, Defesa e Seguridade	7,34 (9,25)	8,85 (11,83)	10,08 (13,25)	10,83 (10,96)	24,22 (30,88)	24,23 (41,34)
Educação	15,61 (39,88)	15,44 (44,84)	23,81 (92,03)	25,05 (98,79)	35,63 (116,82)	43,39 (177,37)
Saúde e Serviços Sociais	6,55 (11,67)	11,93 (71,67)	11,42 (48,56)	12,35 (8,68)	15,16 (17,15)	16,02 (18,84)
Outros Serviços	5,37 (16,83)	5,63 (17,77)	5,86 (10,05)	5,94 (8,30)	13,41 (28,36)	12,94 (25,25)
Serviços Domésticos	1,98 (1,12)	2,26 (0,75)	2,56 (1,48)	3,17 (3,35)	6,28 (3,56)	6,7 (3,66)
Organismos Internacionais e Inst. Extraterri.	18,91 (14,74)	14,47 (12,26)	12,31 (13,43)	21,64 (16,79)	15,24 (19,68)	18,77 (19,01)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS (2003-2018)

De qualquer forma, a Tabela 7 traz as variações da média salarial para os setores entre os anos considerados.

Tabela 7 – Evolução do Percentual Salarial

Setores (CNAE)	2003 - 2006	2006 - 2009	2009 - 2012	2012 - 2015	2015 - 2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	29%	2%	24%	11%	7%
Pesca	21%	11%	14%	2%	26%
Indústrias Extrativas	-7%	15%	-8%	19%	-16%
Indústrias de Transformação	-9%	13%	10%	6%	-1%
Eletricidade, Gás e Água	9%	12%	25%	3%	6%
Construção	5%	11%	18%	13%	4%
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	7%	15%	17%	24%	2%
Alojamento e Alimentação	9%	6%	19%	2%	10%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	-3%	11%	9%	1%	10%
Intermediação Financeira	-9%	1%	16%	5%	-11%
Atividades Imobiliárias	-7%	10%	18%	25%	8%
Administração Pública, Defesa e Seguridade	21%	14%	7%	12%	0%
Educação	-1%	54%	5%	5%	22%
Saúde e Serviços Sociais	82%	-4%	-34%	14%	6%
Outros Serviços	5%	4%	1%	10%	12%
Serviços Domésticos	14%	13%	24%	1%	7%
Organismos Internacionais e Inst. Extraterri.	-23%	-15%	76%	-30%	23%
Média	10%	12%	9%	10%	6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS (2003-2018)

As estatísticas da Tabela 7 indicam que os setores selecionados (construção civil, comércio e reparação de veículos e objetos; e alojamento e alimentação), que entre o período 2003 à 2006, aumentaram consideravelmente suas participações relativas na mão de obra nacional, obtiveram variações salariais positivas. Embora tais variações tenham sido abaixo da média nacional, é válido mencionar que a mesma está razoavelmente elevada, em parte, devido ao expressivo aumento salarial observado no setor de saúde e serviços sociais (82%).

Para o período posterior (2006-2009), além da manutenção de ganhos positivos dos setores de construção civil, comércio e reparação de veículos e objetos; e alojamento e alimentação, cabe destacar a expressiva variação salarial média do setor de transporte, armazenagem e comunicações. Esse resultado é espelho do elevado aumento da participação relativa do setor no mercado de trabalho brasileiro. Já, no período pós 2009, é notado a continuidade do processo, os setores mencionados seguiram exibindo consideráveis variações salariais acima da média nacional, ao menos até 2012. Para o período pós 2012, com exceção do setor de comércio, reparação de veículos e objetos, para os setores citados acima, todos exibiram baixa variação salarial positiva. Resultado esperado, em virtude do início do processo de desaceleração da economia brasileira.

Em suma, as estatísticas de variação média dos salários reais por hora trabalhada ilustram, em boa parte, o resultado relativo dos ganhos salariais dos trabalhadores lotados em setores que lograram de significativo aumento na participação de mão de obra nacional. Dessa forma, cabe conjecturar que, por serem setores trabalho-intensivos e que, em média, recrutam trabalhadores pouco qualificados, além dos sucessivos aumentos reais do salário mínimo, o aumento da demanda por trabalho nestes setores foi um mecanismo relevante para explicar as positivas variações salariais.

4.2 Composição do emprego setorial

A presente subseção apresenta estatísticas descritivas sobre a composição média da intensidade do uso de tarefas nos diversos setores da economia brasileira, com base em cinco dimensões de competências: analíticas, interativas, rotineiras cognitivas, rotineiras manuais e não rotineiras manuais. O objetivo é verificar se ocorreram

mudanças estruturais relevantes na natureza das ocupações dentro dos setores ao longo do período analisado (2003–2018), complementando a análise sobre emprego e salários com informações sobre o conteúdo qualitativo das atividades desempenhadas.

4.2.1 Analíticas

O Quadro 3 mostra a composição média setorial da intensidade do uso de tarefas analíticas em cada setor de atividade da economia brasileira. Os resultados indicam que os setores considerados agrícolas (agricultura, pecuária, silvicultura e pesca) possuem em suas estruturas ocupacionais baixas intensidades do uso de tarefas que demandam competências analíticas. Na contramão, o destaque fica para os setores extrativistas; de educação; eletricidade, gás e água; e administração pública; nesses setores é observada alta intensidade relativa do uso de competências analíticas em suas estruturas ocupacionais. Vale destacar que nos setores onde as médias salariais são relativamente elevadas, a demanda por competências analíticas também é elevada.

Quadro 3 – Composição de Competências Analíticas

Setores (CNAE)	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	1,7	1,7	1,9	2,2	2,2	2,4
Pesca	3,5	2,3	2,7	2,5	2,8	3,4
Indústrias Extrativas	10,2	12,1	14,1	14,5	15	15,4
Indústrias de Transformação	8,4	7,3	7,5	7,5	6,8	6,7
Eletricidade, Gás e Água	12,9	12,2	13	13,8	13,1	15,4
Construção	9,2	9,3	9,4	9,5	9,7	9,8
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	5,1	4,8	5,2	5,2	5,2	4,9
Alojamento e Alimentação	5,6	6,5	6,7	5,6	5,3	5
Transporte, Armazenagem e Comunicações	5,7	5,2	5,2	4,9	4,9	5,2
Intermediação Financeira	8,8	7	7,1	6,9	7,7	8,7
Atividades Imobiliárias	5,1	5	6,3	7,2	6,8	7,2
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	11,6	10,5	11,4	10,2	9,9	11,1
Educação	19,8	18,9	19,7	19,1	19,2	18,4
Saúde e Serviços Sociais	7,9	7,9	8,2	7,2	7,5	7,7
Outros Serviços	7,9	7,9	7,9	8,9	8,9	9
Serviços Domésticos	4,3	4,2	4,2	2,9	2,7	3,5
Organismos Internacionais e Inst. Extraterritoriais	9,6	15,8	8,7	9,5	10,6	10,2
Média	8,1	8,2	8,2	8,1	8,1	8,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS (2003-2018)

Cabe destacar o setor de educação como o líder na intensidade do uso de tarefas de cunho analítico. Além disso, sobre os setores avaliados anteriormente, em termos de parcela na composição do emprego nacional, nota-se que aqueles que exibiram forte crescimento relativo da força de trabalho, em especial entre o período de 2003 à 2012 (construção civil, alojamento e alimentação, comércio e reparação de veículos; e transporte, armazenagem e comunicações), são, em média, compostos por ocupações que demandam baixa intensidade em tarefas analíticas.

Sobre a variação temporal da intensidade de competências, os resultados ilustram baixíssima variação. Nesse sentido, é possível afirmar que, em média, as estruturas ocupacionais dos setores variaram pouco, não sendo um canal eficaz para explicar a evolução salarial setorial dos trabalhadores. Algo que reforça o argumento de que os ganhos salariais relativos foram oriundos, especialmente, do aumento na demanda por mão de obra.

4.2.2 Interativas

O Quadro 4 apresenta a composição média setorial da intensidade do uso de tarefas interativas em cada setor de atividade da economia brasileira. Em comparação com o Quadro 3, é possível perceber uma relativa maior e melhor distribuição desse pacote de tarefas entre os setores de atividade. Setores de serviços de saúde, educação, comércio e organismos internacionais ganham destaque como os que em média possuem uma estrutura ocupacional de grande demanda por competências interativas. Os setores que exibem maiores médias salariais (extrativo e eletricidade, gás e água), ficam na parcela “intermediária” da hierarquia de estrutura ocupacional interativa. Já os setores agrícolas (agricultura, pecuária, silvicultura e pesca) estão entre os que menos demandam essa dimensão de competência.

Quadro 4 – Composição de Competências Interativas

Setores (CNAE)	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	10,4	9,8	10	10,2	10,6	11
Pesca	7,1	8,7	7,3	8,2	9,6	9,1
Indústrias Extrativas	9,1	9,5	10,4	10,7	11,4	12,5
Indústrias de Transformação	10,4	16,3	10,2	10,3	10,2	10,1
Eletricidade, Gás e Água	14,7	8,4	15,5	18	14,3	14,4
Construção	8,4	8,4	8,7	8,9	9,2	9,3
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	22,8	22,4	22,2	22,3	23	23,3
Alojamento e Alimentação	17,8	16,2	16,1	18,9	18,9	19,9
Transporte, Armazenagem e Comunicações	15,6	15,2	15,2	15,1	15	15,5
Intermediação Financeira	34,5	33,3	33,8	33,8	34	35
Atividades Imobiliárias	15,2	15,7	15,9	17,3	17,9	18,1
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	23,5	22,3	23,2	21,5	21,8	23
Educação	25,9	25,3	27,3	27	27,6	26,8
Saúde e Serviços Sociais	29,2	29,4	30	30	30,7	31,4
Outros Serviços	17,2	18,4	18,2	18,9	18	18,2
Serviços Domésticos	9,5	11,6	17,1	13,4	12	11,6
Organismos Internacionais e Inst. Extraterritoriais	25	13,2	21,7	24	24,5	24,2
Média	17,4	16,7	17,8	18,1	18,2	18,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS (2003-2018)

A estatística de composição média da intensidade de tarefas interativas para os setores econômicos, parece não dizer muita coisa a respeito das evoluções salariais. Assim como observado para as tarefas analíticas, as variações de demanda para a dimensão interativa, também apresenta pequenas variações marginais. Novamente, não houve mudança de estrutura ocupacional setorial considerável para esse período.

4.2.3 Rotineiras Cognitivas

O Quadro 5 traz os resultados encontrados sobre a composição média setorial da intensidade do uso de tarefas de cunho rotineiro cognitivo em cada setor de atividade da economia brasileira para os períodos estudados. Assim como apresentado nas tabelas anteriores, as variações da demanda por tarefas desse tipo não são capazes de levantar boas hipóteses sobre a evolução salarial do período. Porém, as estatísticas carregam importantes informações. Além de apresentar relativa homogeneidade e estabilidade na

distribuição dessa competência entre os setores, cabe destacar o setor de eletricidade, gás e água, setor do “topo” em termos de rendimentos salariais, apresenta grande concentração de ocupações intensivas em tarefas rotineiras cognitivas, cerca de 45%. Os setores de comércio e administração pública também se destacam aqui como grandes concentradores dessa dimensão de competência, cerca de 45% também para cada um. Já os setores agrícolas, embora possuam uma estrutura ocupacional com relativa maior intensidade dessas competências, em comparação às analisadas anteriormente (analíticas e interativas), estão no “fundo” da hierarquia juntamente com o setor de construção civil.

Quadro 5 – Composição de Competências Rotineiras Cognitivas

Setores (CNAE)	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	33,4	34,8	35,3	35,7	35,2	35,8
Pesca	38,3	30,7	27,2	25,1	27,8	24,7
Indústrias Extrativas	38,5	40,3	39,9	35,5	11,4	34,6
Indústrias de Transformação	32,6	32,8	32,9	32,3	32,6	32,9
Eletricidade, Gás e Água	44,6	44,1	44,7	43,1	42,7	45,3
Construção	23,2	22,4	20,4	23,1	26	28,5
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	45,7	46,3	45,8	46,1	46,1	46,6
Alojamento e Alimentação	31,6	35,1	35,3	33,8	34,9	34,2
Transporte, Armazenagem e Comunicações	39,2	38,9	38,2	38,6	37,7	38
Intermediação Financeira	49,2	51,8	51,5	52,2	51,6	49,1
Atividades Imobiliárias	43,5	45,1	43,5	44,5	45,2	45,6
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	43,9	45,8	44,5	46,3	46,5	44,6
Educação	35,8	36,8	35,6	36,4	36,2	37,9
Saúde e Serviços Sociais	44,7	45	44,4	45,5	45,3	45,2
Outros Serviços	44,2	42,9	43,2	44,2	45,5	45,3
Serviços Domésticos	44,8	38,5	38,2	43,6	44	44,1
Organismos Internacionais e Inst. Extraterritoriais	44,3	42,2	44,9	44,2	38	40,9
Média	39,9	39,6	39,1	39,4	38,0	39,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS (2003-2018)

4.2.4 Rotineiras manual e não manual

De acordo com os quadros 6 e 7, é observável que, assim como, no resultado encontrado para as tarefas analíticas, interativas e rotineiras cognitivas, as variações

na intensidade do uso de competências rotineiras manuais e não manuais também não tiveram consideráveis variações entre os setores econômicos, o que indica que, de fato, a estrutura ocupacional setorial da economia pouco mudou nesse período, ou seja, a incorporação ou não, de diferentes pacotes de tarefas, pouco explicam a evolução dos diferentes salários médios observados.

Quadro 6 – Composição de Competências Rotineiras Manual

Setores (CNAE)	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	46	45,8	44,9	44,1	43,3	42,1
Pesca	40,9	46,7	51,7	53,3	48,9	51,2
Indústrias Extrativas	38,8	35,1	32,8	35,8	33,8	33,7
Indústrias de Transformação	43,2	44,7	44,3	43,7	43,9	43,8
Eletricidade, Gás e Água	22,7	22,5	21,7	20	20,9	20
Construção	51,1	51,7	53,2	50,5	47,4	45,1
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	22,9	23	22,9	22,6	22,2	21,9
Alojamento e Alimentação	39,6	37,3	37,1	36,2	35,1	35
Transporte, Armazenagem e Comunicações	29,9	30,8	31	31,1	31,8	31,1
Intermediação Financeira	6,9	7,4	7	6,6	6,1	6,5
Atividades Imobiliárias	29,6	28,1	26,7	24,1	23	22,1
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	16,8	17,6	16,5	17,5	17,8	17
Educação	16,6	17	15,1	15,2	14,7	14,6
Saúde e Serviços Sociais	16,8	16,2	15,2	15,3	14,6	13,7
Outros Serviços	26,5	26,6	26	24	23,8	23,4
Serviços Domésticos	32,8	38,5	32,1	29,8	31,3	31,6
Organismos Internacionais e Inst. Extraterritoriais	17,3	26,1	21,6	18,7	24	20,8
Média	30,7	30,3	29,4	28,7	28,4	27,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS (2003-2018)

Os setores agrícolas, junto com o setor de indústrias de transformação, aparecem como os setores que mais demandam competências de rotina manual. E, embora os resultados mostrem que essa dimensão (rotineira manual) é a mais demandada pelas ocupações em geral, o setor de intermediação financeira apresenta uma estrutura ocupacional com baixa concentração dessa dimensão. Sobre a dimensão de competências rotineiras não manuais, uma consideração importante, é a baixa intensidade do uso dessas tarefas nas estruturas ocupacionais gerais dos

setores. De qualquer forma, cabe destacar, os setores de pesca, transporte e serviços domésticos, como os principais demandantes dessa competência.

Quadro 7 – Composição de Competências Rotineiras Não Manual

Setores (CNAE)	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Agri, Pec, Sil e Mineral	8,2	7,7	7,7	7,5	8,4	8,5
Pesca	10	11,3	10,8	10,7	10,7	11,4
Indústrias Extrativas	3	2,8	2,6	3,2	3,2	3,5
Indústrias de Transformação	5,1	5,2	5,5	6	6,2	6,3
Eletricidade, Gás e Água	4,9	4,8	5	4,9	4,7	4,7
Construção	7,8	8	8,1	7,8	7,3	7
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	3,2	3,2	3,6	3,6	3,3	3,1
Alojamento e Alimentação	5,2	4,4	4,5	5,3	5,7	5,8
Transporte, Armazenagem e Comunicações	9,4	9,7	10,1	10	10,3	10
Intermediação Financeira	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4
Atividades Imobiliárias	6,3	5,9	7,1	6,7	6,9	6,8
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	3,9	3,5	4,2	4,2	3,8	4,1
Educação	1,6	1,8	2	2	2,1	2,1
Saúde e Serviços Sociais	1,3	1,3	2	1,7	1,7	1,7
Outros Serviços	3,9	4	4,4	3,7	3,7	3,9
Serviços Domésticos	8,3	7,1	8,2	10,1	9,8	9
Organismos Internacionais e Inst. Extraterritoriais	3,6	2,4	2,9	3,4	2,8	3,6
Média	5,1	4,9	5,2	5,4	5,4	5,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS (2003-2018)

As estatísticas mostradas até aqui evidenciam dois fenômenos importantes que ocorreram no mercado de trabalho brasileiro para o amplo período avaliado. Primeiro, até 2012 é notável transformações relativas da participação setorial no emprego nacional, algo que pode ser ilustrado pelo considerável crescimento da demanda por trabalho no setor de construção civil e em setores de serviços (alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicações; e comércio e reparação de veículos e objetos). Segundo, embora tenha ocorrido uma mudança relativa, em termos de emprego, no tamanho dos setores, não foram verificadas mudanças estruturais relevantes na composição do emprego setorial. Em suma, as médias de intensidade na demanda por tarefas setoriais se mantiveram estáveis

para todo o período analisado. Isso quer dizer que, possivelmente, o que ocorreu foi um aumento proporcional de diferentes ocupações dentro de cada setor de atividade na economia brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho propõe analisar a queda da desigualdade de renda na economia brasileira no início do século XXI, especialmente até 2012, a partir da dinâmica setorial do mercado de trabalho. De acordo com a hipótese formulada por Rugitsky (2017), os setores que ampliaram sua participação no emprego e no produto durante o período foram, em grande parte, intensivos em trabalho e caracterizados pela predominância de mão de obra com baixa qualificação. Nesse contexto, os indivíduos mais desfavorecidos, além de beneficiários diretos de políticas como a valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda (em especial o Programa Bolsa Família), passaram a encontrar mais oportunidades de inserção produtiva formal, refletindo um aumento da demanda por sua força de trabalho.

Com base nos microdados da Rais (2003–2018), o estudo procurou não apenas mapear as mudanças setoriais em termos de número de empregados e variações salariais, mas também identificar possíveis transformações na composição ocupacional dos setores econômicos brasileiros. Para isso, utilizou-se uma medida de intensidade do uso de tarefas por setor, obtida por meio de médias simples baseadas em uma abordagem *task-based*.

Os resultados revelam, em primeiro lugar, uma transformação significativa na distribuição setorial do emprego até 2012, com destaque para o crescimento dos setores de construção civil, comércio e serviços (especialmente alojamento, alimentação, transporte e comunicações). Esses achados estão em consonância com os estudos de Medeiros (2015) e Brenck (2019), reforçando a tese de que o crescimento da massa salarial nesses setores contribuiu para a redução da desigualdade.

Em segundo lugar, as estimativas indicam uma relativa estabilidade na composição das tarefas desempenhadas dentro dos setores ao longo do período.

Ou seja, não se observaram mudanças estruturais relevantes nas exigências de qualificação ou nas habilidades demandadas, o que sugere que a melhoria distributiva observada decorreu mais de um processo de realocação intersetorial do que de reestruturação ocupacional intra-setorial.

Em suma, a análise da dinâmica setorial fornece uma lente relevante para compreender os mecanismos indiretos de redistribuição de renda no Brasil durante o ciclo de crescimento anterior à recessão. Ao demonstrar que os ganhos distributivos não se limitaram às transferências diretas de renda, mas também envolveram a ampliação do emprego formal em setores de baixa qualificação, o estudo reforça a importância de políticas que articulem crescimento econômico com inclusão produtiva.

REFERÊNCIAS

BORGES, Bráulio. Bad luck or bad policy: uma investigação das causas do fraco crescimento da economia brasileira nos últimos anos. In: VELOSO, Fernando; BONELLI, Regis (orgs.). **A Crise de Crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 19–59.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: Microdados de 2003 a 2018**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2003–2018.

BRENCK, Clara. **Distribuição, estrutura produtiva e demanda agregada no Brasil: uma análise de inspiração Kaleckiana**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CARVALHO, Laura; RUGITSKY, Fernando. Growth and distribution in Brazil in the 21st century: revisiting the wage-led versus profit-led debate. **Department of Economics FEA/USP Working Paper Series**, 2015-25, 2015.

GUANZIROLI, Tomás. **Task-Heterogeneity in Human Capital Accumulation: Evidence from Brazilian Employer-Employee Data**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LOUREIRO, Pedro Mendes; SAAD-FILHO, Alfredo. The limits of pragmatism: the rise and fall of the Brazilian Workers' Party (2002–2016). **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 1, p. 66–84, 2019.

MEDEIROS, Carlos. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília: Ipea, 2015.

RUGITSKY, Fernando. Growth, distribution, and sectoral heterogeneity: reading the Kaleckians in Latin America. **Economia**, v. 17, n. 3, p. 265–278, 2016.

RUGITSKY, Fernando. Milagre, miragem, antimilagre: A economia política dos governos Lula e as raízes da crise atual. **Revista Fevereiro**, 9, 2015.

RUGITSKY, Fernando. The rise and fall of the Brazilian economy (2004-2015): the economic antimiracle, **Working Papers, Department of Economics** 2017_29, University of São Paulo (FEA-USP). 2017.

SOARES, Jadir; FUNCHAL, Bruno. Mudanças na demanda por diferentes tipos de atividades no mercado de trabalho brasileiro entre 1985 e 2002. **Repositório do Ipea**, 2016.

SPITZ-OENER, Alexandra. Technical change, job tasks, and rising educational demands: Looking outside the wage structure. **Journal of Labor Economics**, v. 24, n. 2, p. 235-270, 2006.

ANEXO I

Foi realizada uma avaliação a respeito do perfil educacional médio dos indivíduos empregados nos setores selecionados (mais de 3% de participação no emprego nacional e variações no nível de emprego acima da média nacional para o período selecionado). Para isso, foram escolhidos os anos de 2003 e 2012 e a estatística calculada foi de percentual dos trabalhadores empregados para cada setor em quatro níveis educacionais – ensino fundamental incompleto (grau 1), ensino fundamental completo (grau 2), ensino médio completo (grau 3) e superior completo (grau 4).

Educação e Setor (2003)

Setores de Atividade	Níveis Educacionais			
	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4
Indústrias de Transformação	35%	30%	27%	7%
Construção	60%	24%	14%	2%
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	20%	35%	41%	4%
Alojamento e Alimentação	33%	42%	22%	3%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	31%	32%	31%	6%
Atividades Imobiliárias	31%	30%	31%	8%
Média	35%	32%	28%	5%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados da RAIS



Educação e Setor (2012)

Setores de Atividade	Níveis Educacionais			
	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4
Indústrias de Transformação	21%	24%	48%	7%
Construção	33%	30%	34%	3%
Comércio e Reparação de Veículos e Objetos	10%	22%	62%	6%
Alojamento e Alimentação	14%	32%	49%	5%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	14%	24%	55%	7%
Atividades Imobiliárias	16%	22%	51%	11%
Média	18%	26%	50%	6%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados da RAIS

As estatísticas indicam os setores selecionados possuem um perfil médio de emprego pouco qualificado, em especial, os setores de construção; e alojamento e alimentação. Na construção civil temos que cerca de 84% e 64% dos trabalhadores não possuíam ensino médio completo para os anos de 2003 e 2012 respectivamente. No setor de alojamento e alimentação, esses números estão na casa dos 76% e 46%. Além disso, é notável a redução de trabalhadores com ensino fundamental incompleto entre os anos analisados.

Conflict of Interest

The authors have stated that there is no conflict of interest.

Copyrights

Authors of articles published by Economia e Desenvolvimento retain the copyright of their works.

Plagiarism Check

The Economia e Desenvolvimento maintains the practice of submitting all documents approved for publication to the plagiarism check, using specific tools, e.g.: Turnitin.

Edited by

Júlio Eduardo Rohenkohl

Como citar este artigo

Detoni, O. F. (2025). Antimilagre, heterogeneidade setorial e o declínio da desigualdade no Brasil. **Econ. e Desenv.**, Santa Maria, v. 37, e90642, 2025. DOI 10.5902/1414650990642. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1414650990642>.